

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA – 1º SEMESTRE/2021

Porto Alegre, 11 de agosto de 2021.

RA 98/2021

**Ao  
Presidente do  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO  
GRANDE DO SUL – CREA-RS  
Porto Alegre - RS**

Servimo-nos do presente para encaminhar a V.S.as nosso relatório circunstanciado de auditoria externa referente ao 1º semestre de 2021.

Nossos exames abrangeram a avaliação dos procedimentos contábeis, por amostragem, adotados na empresa, e realizados de acordo com as normas de auditoria, incluindo provas nos registros contábeis e exame da documentação comprobatória, na base de testes seletivos e na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

Alguns aspectos que julgamos relevantes estão expostos neste relatório, que é estritamente confidencial e tem como única finalidade sua apreciação e discussão com o destinatário, o que desautoriza e torna ilegal, nos termos do Art. 410 do Código de Processo Civil (CPC), lei 13.105/2015, seu uso para qualquer outro fim.

Ressaltamos que a auditoria foi realizada em contas específicas do plano de contas da empresa envolvendo a parte contábil e de controles internos.

**JK AUDITORES S/S LTDA  
CRC RS 007358/O-5**

**Rosenara dos Santos Chagas  
Contadora 1 CRCRS 070178/O-3  
Sócia Responsável Técnica**

## SUMÁRIO

PARTE I – REGISTROS CONTÁBEIS E CONTROLES INTERNOS .....	3
1. ATIVO CIRCULANTE .....	3
1.1. BANCOS CONTA MOVIMENTO .....	3
1.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS .....	3
1.3. ANUIDADES A RECEBER.....	4
1.4. ESTOQUE/ALMOXARIFADO .....	4
2. ATIVO NÃO CIRCULANTE .....	5
2.1. DÍVIDA ATIVA – LONGO PRAZO.....	5
2.2. IMOBILIZADO .....	5
2.3. INTANGÍVEL.....	7
3. PASSIVOS .....	8
3.1. FORNECEDORES DIVERSOS .....	8
3.2. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO.....	8
3.3. PROVISÕES A CURTO PRAZO.....	9
3.4. PROVISÕES, SENTENÇAS JUDICIAIS, ACORDOS JUDICIAIS.....	10
3.5. OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES .....	11
3.6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	14
4. CONTAS DE RESULTADO .....	14
4.1. RECEITAS E DESPESAS REALIZADAS .....	14
5. PROCESSOS LICITATÓRIOS .....	15
PARTE II – CONCLUSÃO .....	15

## PARTE I – REGISTROS CONTÁBEIS E CONTROLES INTERNOS

### 1. ATIVO CIRCULANTE

#### 1.1. BANCOS CONTA MOVIMENTO

A seguir são apresentados os saldos de bancos conta movimento com posição em 30 de junho de 2021.

CONTAS	Valores em R\$ SALDO CONTÁBIL
Caixa Econômica Federal c/c 333-0	3.845,26
Banrisul S/A - Dívida Ativa c/c 06.857794.0-5	181,95
<b>TOTAL</b>	<b>4.027,21</b>

Fonte: Balancete e extratos bancários do mês de junho de 2021.

Confrontamos os saldos bancários com os saldos apresentados nos respectivos saldos contábeis, não apurando divergências.

#### 1.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A seguir são apresentados os saldos de aplicações financeiras com posição em 30 de junho de 2021:

CONTAS	Valores em R\$ SALDO CONTÁBIL
Banco do Brasil S/A CP Admin Difer 116734-0	544.543,66
Banrisul S/A Carta Fiança - CDB Pré Fixado 06.015117.5-6	12.965.831,01
Banrisul S/A - Super FI RF 06.015117.0-9	4.382.593,59
Banrisul S/A - T. Industriais 41.178025.0-5	129.912,80
Banrisul Fundo Super - Mútua 06.015117.4-1	2.387.098,39
Banrisul Super FI RF - Unimed 06.015117.7-6	349.547,45
Banrisul Super FI RF - Confea 06.015117.3-3	3.308.972,72
Caixa Econômica Federal - FIC SIGMA Ref DI 333-0	3.343.020,09
Banrisul Dívida Ativa - CDB 06.857794.0-5	1.715.022,47
Banrisul S/A - CDB DI - 06.015117.0-9	23.915.803,79
Banco do Brasil FI S. Público 6.629-X (CPGF)	140.382,59
<b>TOTAL</b>	<b>53.182.728,56</b>

Fonte: Balancete e extratos bancários do mês de junho de 2021.

Validamos o saldo contábil das aplicações financeiras com base nos respectivos extratos bancários e as conciliações elaboradas pela entidade.

Efetuamos o confronto dos rendimentos financeiros registrados no razão contábil com os respectivos extratos bancários e validamos o reconhecimento da Receita nas contas de resultado.

### 1.3. ANUIDADES A RECEBER

O saldo do subgrupo em 30 de junho de 2021:

Valores em R\$	
<b>CONTAS</b>	<b>SALDO CONTÁBIL</b>
Anuidades Pessoa Física	5.726.054,21
Anuidades Pessoa Jurídica	2.657.311,24
<b>TOTAL</b>	<b>8.383.365,45</b>

Fonte: balancete de junho.

Verificamos que no mês de janeiro foi contabilizado nas supracitadas rubricas os valores das anuidades de Pessoa Física e Jurídica referentes ao exercício de 2021 pela emissão dos boletos.

Solicitamos a auditada o relatório das anuidades com posição na data-base de 30/6/2021, nos sendo informado que o departamento de TI não conseguiu gerar o relatório na data-base de junho.

A entidade nos apresentou o relatório das anuidades com posição em 31/7/2021. Examinamos o relatório fornecido juntamente com os balancetes das contas do mês de julho constatando que os saldos das contas apresentado no relatório não são consistentes com os saldos apresentados na contabilidade.

Conforme informações da entidade, o relatório apresentado referente as anuidades de 2021, disponível no sistema Apolo, mostra apenas os débitos, caso tenha parcelamento ou o parcelamento esteja em dia o relatório não contempla a informação.

#### **RECOMENDAÇÃO**

As áreas de cobrança, contabilidade e da tecnologia da informação devem avaliar os parâmetros do sistema de forma a adequá-los as necessidades de entidade, com o objetivo aperfeiçoar os controles internos e fornecer maior respaldo as informações contábeis, além de propiciar a elaboração de conciliações.

### 1.4. ESTOQUE/ALMOXARIFADO

O saldo do almoxarifado em 30 de junho de 2021 é de R\$ 224.628,55. Confrontamos o saldo contábil com o saldo apresentado no relatório de controle de estoques e baixa de almoxarifado, bem como revisamos as movimentações da conta, nada encontrado de irregular.

## 2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

### 2.1. DÍVIDA ATIVA – LONGO PRAZO

O saldo de dívida ativa a receber em 30 de junho de 2021 apresentou os seguintes valores:

Valores em R\$			
CONTAS	SALDO CONTÁBIL	RELATÓRIO	DIFERENÇA
<u>Longo prazo</u>			
Dívida Ativa a Receber (a)	14.227.560,67	11.624.768,78	2.602.791,89
(-) Ajuste de Perdas de Créditos LP (b)	(678.438,94)	(678.438,94)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>13.549.121,73</b>	<b>10.946.329,84</b>	<b>2.602.791,89</b>

Fonte: balancete do mês de junho de 2021.

#### (a) Dívida ativa a receber

Confrontamos os saldos contábeis como os saldos apresentados nos relatórios auxiliares, encontrando a diferença R\$ 2.602.791,89 na conta da Dívida Ativa no mês de junho.

Com base nos eventos subsequentes, do mês de julho, verificamos que a entidade realizou a conciliação do saldo da diferença e realizou os ajustes contábeis no mês de julho.

#### (b) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo

A auditada adota como metodologia de cálculo a média do percentual das perdas ocorridas nos últimos 5 anos.

#### **RECOMENDAÇÃO**

Conciliar o saldo de dívida ativa e realizar os ajustes necessários para que o a contabilidade reflita de fato o saldo que o CREA RS tem a receber.

### 2.2. IMOBILIZADO

A seguir demonstramos os saldos do imobilizado divididos em bens móveis, imóveis e depreciação de cada um deles, em 30 de junho de 2021:

#### BENS MÓVEIS

Valores em R\$			
CONTAS	SALDO CONTÁBIL	CONTROLE PATRIMONIAL	DIFERENÇA
Móveis e Utensílios	331.962,99	330.875,68	1.087,31
Máquinas e Equipamentos	1.107.854,15	788.563,99	319.290,16



<b>CONTAS</b>	<b>SALDO CONTÁBIL</b>	<b>CONTROLE PATRIMONIAL</b>	<b>DIFERENÇA</b>
Utensílios de Copa e Cozinha	66.521,50	66.521,50	-
Veículos	4.789.779,03	4.789.779,03	-
Equipamentos de Informática	3.042.539,64	3.042.539,64	-
Sistemas de Processamento de Dados	44.538,00	44.538,00	-
Biblioteca	1.996,50	1.996,50	-
Mobiliário em Geral	1.430.717,63	1.430.717,63	-
Equipamentos Diversos	2.610,00	2.610,00	-
Outros Bens Móveis	9.590,03	9.590,03	-
<b>TOTAL</b>	<b>10.828.109,47</b>	<b>10.507.732,00</b>	<b>320.377,47</b>

Fonte: balancete e controle patrimonial do mês de junho de 2021.

## BENS IMÓVEIS

<b>CONTAS</b>	<b>SALDO CONTÁBIL</b>	<b>CONTROLE PATRIMONIAL</b>	<b>DIFERENÇA</b>
Edifícios	14.411.226,06	11.389.700,00	3.021.526,06
Terrenos	134.234,87	134.234,87	-
Salas	1.564.973,19	4.188.868,40	(2.623.895,21)
Instalações	16.512,63	-	16.512,63
Box/Garagem	40.000,00	40.000,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.166.946,75</b>	<b>15.752.803,27</b>	<b>414.143,48</b>

Valores em R\$

Fonte: balancete e controle patrimonial do mês de junho de 2021.

## DEPRECIÇÃO

<b>CONTAS</b>	<b>SALDO CONTÁBIL</b>
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(6.670.298,06)
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(7.338.431,74)
<b>TOTAL</b>	<b>(14.008.729,80)</b>

Valores em R\$

Fonte: balancete e controle patrimonial do mês de junho de 2021.

Procedemos à validação dos saldos do imobilizado e depreciação registrados na contabilidade através do confronto dos relatórios do controle patrimonial, e apuramos as divergências conforme demonstradas nas tabelas acima. As diferenças apresentadas não foram conciliadas.

Observamos a recorrência de divergências existentes em períodos anteriores, embora as rubricas Equipamentos de Informática, Equipamentos Diversos e Outros Bens Móveis do subgrupo contábil Bens Móveis já tenham sido ajustadas, assim como as Depreciações Acumuladas, o que justifica as suas variações em relação ao exercício anterior.

Testamos a aquisição de 25 veículos, para os quais verificamos as notas de aquisição e a liquidação do pagamento. Não identificamos divergências.

Em auditorias anteriores, foi identificado que não é realizada a Avaliação ao Valor Recuperável de Ativo - *Impairment* e inventário dos bens do imobilizado, para este exercício ainda não houve evolução em relação a este ponto.

Reiteramos que o inventário físico anual da entidade, sendo este um dos procedimentos obrigatórios da prestação de contas dos gestores de recursos públicos, também apontado em auditorias anteriores, ainda permanece sem progresso no atual exercício.

### RECOMENDAÇÕES

Conciliar o saldo e realizar os ajustes necessários para que a contabilidade reflita de fato a posição patrimonial do CREA RS.

Realizar o inventário físico dos seus bens móveis e imóveis, com o objetivo de confirmar ou corrigir os saldos contábeis.

Verificar os parâmetros utilizados no sistema para gerar os relatórios.

Realizar o estudo para determinar o Valor Recuperável de Ativo – *Impairment*.

### 2.3. INTANGÍVEL

A seguir são apresentados os saldos do intangível com posição em 30 de junho de 2021:

Valores em R\$	
<b>CONTA</b>	<b>SALDO CONTABIL</b>
SOFTWARE E LICENÇAS DE USO	379.962,73
(-) Amortizações Acumuladas <i>Software</i> e Sistemas	(156.668,10)
<b>TOTAL</b>	<b>223.294,63</b>

Fonte: balancete e controle auxiliar do mês de junho de 2021.

Procedemos à verificação dos valores do intangível registrados na contabilidade com os relatórios do controle patrimonial.

Observamos variações nos saldos em relação ao exercício anterior, sendo justificadas devido a ajustes realizados na taxa de amortização sobre a vida útil das licenças de software, as quais são renovadas anualmente, bem como os ajustes em baixas de licenças não renovadas.

Atestamos pela regularidade dos saldos em 30 de junho de 2021.

### 3. PASSIVOS

#### 3.1. FORNECEDORES DIVERSOS

Em 30 de junho de 2021, o saldo da conta Fornecedores foi reclassificado para a rubrica Fornecedores Diversos, no valor de R\$ 1.252.366,06.

Realizamos o confronto do saldo contábil frente à posição do relatório financeiro, não sendo identificadas divergências relevantes.

Para análise da idade dos saldos, solicitamos o relatório financeiro com informações analíticas, abrangendo a composição por título/nota fiscal, data de emissão, data de vencimento, valor por título e valor total e constatamos que o CREA-RS não possui o relatório.

Realizamos a inspeção por amostragem e relevância de notas fiscais juntamente com a apresentação das notas de baixas de pagamentos de restos a pagar, não sendo identificadas irregularidades.

#### **RECOMENDAÇÃO**

Avaliar a possibilidade de implementação de relatório financeiro abrangendo informações detalhadas por títulos/NF, data de emissão, data de vencimento e valor por título e valor total.

#### 3.2. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Selecionamos para análise as seguintes contas, com saldos em 30/6/2021:

Valores em R\$	
<b>CONTAS</b>	<b>SALDO CONTÁBIL</b>
Honorários Lei 13.105/2015 (a)	234.372,46
INSS a Pagar	605.144,56
Imposto de Renda Retido na Fonte (b)	257.651,67
FGTS a Recolher	160.503,05
PIS/PASEP a Recolher (8301)	20.063,05
<b>TOTAL</b>	<b>1.277.734,79</b>

Fonte: Balancete Jun.

#### (a) HONORÁRIOS LEI 13.105/2015

A auditada possui planilha com a composição do saldo da conta, cujo saldo está correspondido na contabilidade. Verificamos que os valores das parcelas são atualizados mensalmente pelo índice IPCA-E (IBGE)

## (b) ENCARGOS SOCIAIS E IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Com base na folha de pagamento do mês de junho, testamos os valores dos encargos incidentes sobre a folha de pagamento, bem como confrontamos os valores dos encargos com os respectivos valores provisionados e guias de pagamento, nada encontrando de irregular.

## NORMATIVO INTERNO RH

Conforme comentário apresentado em nosso relatório anterior a Entidade não possui formalizado normativo interno com descrição das rotinas e processos relacionados à área de recursos humanos.

### **RECOMENDAÇÃO**

Formalizar e aprovar normativo com rotinas e processos relacionados à área de recursos humanos e folha de pagamento.

## 3.3. PROVISÕES A CURTO PRAZO

A seguir são apresentados os saldos do grupo Provisões a curto prazo com posição em 30 de junho de 2021:

<b>CONTA</b>	<b>SALDO CONTABIL</b>
Provisão Gratificação de Natal 13º Salário	930.232,66
INSS Patronal 13º Salários	199.999,87
FGTS sobre 13º Salários	2.529,45
PIS sobre 13º Salários	9.294,02
Férias	2.066.476,15
1/3 Constitucional (CF/1988)	688.825,42
INSS Patronal s/ Provisão de Férias	592.389,79
FGTS s/ Provisão de Férias	220.422,73
PIS s/ Provisão de Férias	27.553,02
<b>TOTAL</b>	<b>4.737.723,11</b>

Fonte: balancete e relatório de provisões do mês de junho de 2021.

Realizamos o confronto entre os saldos contábeis e os saldos dos relatórios de provisões de férias e encargos. Procedemos com a mesma análise para as contas de 13º salário.

Os saldos contábeis estão suportados por relatórios de controle, de modo que atestamos a regularidade dos saldos contábeis no 1º semestre de 2021.

### 3.4. PROVISÕES, SENTENÇAS JUDICIAIS, ACORDOS JUDICIAIS

Selecionamos para análise as seguintes contas contábeis com posição em 30/6/2020:

Valores em R\$			
<b>CONTAS</b>	<b>CURTO PRAZO</b>	<b>LONGO PRAZO</b>	<b>TOTAL</b>
Repetição de Indébitos Anuidades/ARTs	478.448,76	0,00	478.448,76
Reclamatórias Trabalhistas	14.375.399,65	11.381.523,92	25.756.923,57
Demais Decisões Judiciais	2.269.011,36	432.936,47	2.701.947,83
Acordos Reclamatórias Trabalhistas	2.636.046,78	0,00	2.636.046,78
<b>SOMA</b>	<b>19.758.906,55</b>	<b>11.814.460,39</b>	<b>31.573.366,94</b>

Fonte: Fonte: Balancete em junho de 2021.

Confrontamos os saldos contábeis com os saldos apresentados nas planilhas de controle apresentadas pela entidade não encontrando divergências de valores.

#### REPETIÇÃO DE INDÉBITOS ANUIDADES/ARTS

Verificamos que a supracitada rubrica teve seu saldo complementado no mês de março em R\$ 400.000,00 de modo a refletir adequadamente os descaixes previstos para 2021.

#### RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS

Verificamos que a entidade provisiona as contingências cuja as estimativas possuem classificação das perdas possíveis no curto prazo, e as causas cujas estimativas possuem classificação provável estão contabilizadas no longo prazo.

Conforme abordado em novo relatório anterior, a NBC TSP 03 – que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em seu item 22 determina os três critérios a serem observados para constituição de uma provisão, sendo de suma importância observar a letra “b” para os casos dos processo judiciais, conforme transcrito a seguir:

##### *Provisões*

*22. A provisão deve ser reconhecida quando:*

*(a) a entidade tem obrigação presente (formalizada ou não) decorrente de evento passado;*

***(b) for provável que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para que a obrigação seja liquidada; e (grifo nosso)***

*(c) uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do valor da obrigação.*

### RECOMENDAÇÃO

Reiteramos nossa solicitação anterior para que a entidade solicite a avaliação da área jurídica no que tange as probabilidades de perdas de ações judiciais, bem como revise os critérios adotados na constituição de provisão de contingências judiciais.

### DEMAIS DECISÕES JUDICIAIS

#### → Curto Prazo

Verificamos que no mês de abril do corrente exercício foi provisionado na conta o montante de R\$ 2.148.613,60 referente a honorários levantados em 22/3/2018 nos autos do Processo n. 0064173.67.2011.4.01.3400/DF, que tem como objeto as cotas partes devidas à Mútua em decorrência da Lei nº 6.496/77, com correspondente contrapartida em despesa 3.9.9.4.2.01.01 - Sentenças Judiciais.

#### → Longo Prazo

Verificamos que o saldo apresenta no longo prazo no valor de R\$ 432.936,47 não foi movimentado no período auditado.

### 3.5. OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES

Demonstramos a seguir a composição analítica do grupo Obrigações de repartição a outros entes, em 30 de junho de 2021:

Valores em R\$	
<b>CONTAS</b>	<b>SALDO CONTÁBIL</b>
Parcela da Mútua	710.159,82
Parcela do Confea	710.747,31
Parcela a Destinar/ CAU	14.143.910,07
Parcela dos Técnicos Industriais	129.912,80
Parcela da Mútua (depósito judicial) – LP	21.475.268,85
<b>TOTAL</b>	<b>37.169.998,85</b>

Fonte: Fonte: Balancete em junho de 2021.

### PARCELA MÚTUA E CONFEA

Através da planilha de calculo elaborada pela entidade testamos os valores das cota partes do mês de junho referente às parcelas dos repasses à Mútua e ao Confea, não apurando divergências nos cálculos.

Examinamos por amostragem a efetividade dos repasses/pagamentos para as supracitadas entidades, nada encontrando de irregular nos pagamentos realizados.

Examinamos as contrapartidas em contas de resultado confrontando com os valores apurados mensalmente pela auditada através da planilha “Cota Parte Confea e Mutua”, encontrando diferenças nos meses de fevereiro e junho conforme demonstramos:

Valores em R\$				
<b>MÊS</b>	<b>CONTAS</b>	<b>CONTAS DE RESULTADO</b>	<b>PLANILHA</b>	<b>DIFERENÇA</b>
FEV	3.5.1.1.1.03.01 - Confea	1.904.287,80	1.903.909,30	378,50-
JUN	3.5.1.1.1.03.01 - Confea	717.280,03	710.747,31	6.532,72
	3.5.1.1.1.03.02 - Mútua	717.916,41	710.159,82	7.756,59

Fonte: balancete e planilha Cota Parte Confea e Mutua

Identificamos que as diferenças demonstradas no mês de junho referem-se as despesas bancárias.

#### **RECOMENDAÇÃO**

Analisar as diferenças demonstradas com o objetivo de confirmar ou corrigir os valores registrados nas contas de resultado.

#### **PARCELA A DESTINAR**

Destacamos que o saldo de R\$ 14.143.910,07 em 30/6/2021 apresentado na conta “Parcela a Destinar”, refere aos valores do CAU (art. 57, Lei 12.378/2010), cuja nomenclatura foi alterada em maio de 2021.

Através das planilhas de gerenciamento do saldo da conta verificamos que há valores de despesas referente a digitalização do acervo dos profissionais e empresas de arquitetura no valor de R\$ 3.145.991,66, que a CAU alega que não autorizou. Caso se confirme essa situação o montante deverá ser ressarcido a CAU.

A seguir, demonstramos o saldo conta Parcela a Destinar considerando o abatimento das despesas de digitalização e considerando possível ressarcimento do valor da despesa de digitalização.

Valores em R\$	
Saldo Parcela a Destinar considerando o abatimento da despesa com digitalização registrado na contabilidade	14.143.910,07
Saldo Parcela a Destinar caso o CREA/RS tenha que ressarcir a CAU referente as despesas com digitalização	19.365.537,57
<b>POSSÍVEL DISPÊNDIO FINANCEIRO DE CAIXA</b>	<b>5.221.627,50</b>

Fonte: Planilha Auxiliar “Valores do CAU”.

#### **RECOMENDAÇÃO**

Recomendamos à administração do CREA/RS que, juntamente com sua assessoria jurídica, confirme se os valores referentes às despesas com digitalização são devidos ao CAU, com o objetivo de realizar possíveis ajustes contábeis, mediante o reconhecimento contábil da despesa, caso haja necessidade.

O saldo da conta registrado no passivo é atualizado mensalmente, desde o exercício de 2012, pelo índice da poupança. Importante destacar que a entidade utiliza como patamar mínimo de atualização o índice de 0,50, nos meses em que o índice da poupança for inferior a este.

Com base na documentação de suporte, constatamos que os valores do CAU são depositados em "conta poupança"/aplicações financeiras, cujas contas apresentam os seguintes saldos em 30/6/2021:

Valores em R\$	
<b>CONTAS</b>	<b>SALDO CONTÁBIL</b>
Banrisul S/A Carta Fiança - CDB Pré Fixado 06.015117.5-6	12.965.831,01
Banrisul S/A - CDB DI - 06.015117.0-9	23.915.803,79
Banrisul S/A - Super FI RF 06.015117.0-9	4.382.593,59
<b>SOMA</b>	<b>41.264.228,39</b>

Fonte: Fonte: Balancete em junho de 2021.

Importa destacar, que as supracitadas contas bancárias não são exclusivas para os depósitos do CAU.

#### **SUGESTÃO**

Sugerimos que os depósitos referentes as obrigações com o CAU sejam efetuados em contas bancárias específicas para este fim, com o objetivo de demonstrar de forma mais transparente as disponibilidades atreladas ao CAU.

Conforme mencionado em nosso relatório anterior, configura na planilha de gerenciamento da conta permanece em aberto o montante de R\$ 321.494,69 originado em 2011.

#### **PARCELA DA MÚTUA (DEPÓSITO JUDICIAL) – LP**

A supracitada rubrica não foi movimentada no semestre auditado.

Verificamos que e o montante de R\$ 21.475.268,85 está depositado judicialmente, conforme visualizamos na conta contábil 1.2.1.2.5.01.01 - Depósito Judicial Mútua.

#### **SUGESTÃO**

Visando o encerramento do exercício sugerimos que a entidade solicite a instituição financeira responsável pela gestão dos depósitos a posição atualizada do montante, com o objetivo de atualizar o saldo Contábil.

### 3.6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A seguir, demonstramos a composição do Patrimônio Líquido em 30/6/2021 e comparamos com a posição de 30/12/2020:

Valores em R\$			
<b>CONTA</b>	<b>30/6/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>VARIAÇÃO</b>
2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.011.136,62	13.481.983,54	2.529.153,080
2.3.7 - RESULTADOS ACUMULADOS	16.011.136,62	13.481.983,54	2.529.153,080
2.3.7.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	16.011.136,62	13.481.983,54	2.529.153,080
2.3.7.1.1 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS EXERC. ANT	16.011.136,62	13.481.983,54	2.529.153,080

Fonte: Balancete encerrado de dezembro/20 - Balancete em junho de 2021.

Verificamos que no mês de março foram realizados ajustes contábeis em contas do ativo imobilizado e do intangível referentes a erros ocorridos no exercício de 2012, no montante de R\$ 2.529.153,08. A seguir, demonstramos a movimentação do mês de março:

Valores em R\$	
<b>CONTA</b>	<b>MOVIMENTAÇÃO CONTÁBIL</b>
<b>SUPERÁVITS OU DÉFICITS AC. EXERC. ANT</b>	
Saldo Inicial 01/01/2021	13.481.983,54
Débitos - Março	(50.025,20)
Créditos - Março	2.579.178,28
<b>Saldo Final</b>	<b>16.011.136,62</b>
<b>VARIAÇÃO</b>	<b>2.529.153,08</b>

Lembramos a auditada que quando do encerramento do exercício, em 31/12/2021, deverá ser elaborada uma nota explicativa junto ao conjunto das Demonstrações Contábeis específica para estes ajustes.

### 4. CONTAS DE RESULTADO

#### 4.1. RECEITAS E DESPESAS REALIZADAS

Examinamos por amostragem a documentação comprobatória das receitas e despesas, confrontamos com os registros contábeis, quando analisamos as contas de ativo e passivo, encontrando regularidade.

Selecionamos para análise as movimentações mensais das receitas e despesas que apresentam variações significativas, constatando o que segue:

As receitas de contribuições sociais pessoa física e pessoa jurídica são contabilizadas no mês de janeiro, quando da emissão dos boletos de cobrança;

Verificamos que no mês de abril foi pago a primeira parcela do 13º salário aos funcionários;

Examinamos a movimentação ocorrida durante o semestre na conta de Sentenças Judiciais, constatando que a conta foi impactada pelo reconhecimento do montante de R\$ 2.148.613,60 referente a honorários advocatícios levantados em 22/3/2018, atrelado ao processo das cotas partes devidas à Mútua;

Examinamos as rubricas Vale Refeição e/ou Vale Alimentação e Plano de Saúde, verificando que no mês de janeiro foram contabilizadas as despesas referentes aos meses de janeiro e fevereiro.

## 5. PROCESSOS LICITATÓRIOS

Selecionamos para análise os seguintes processos licitatórios:

PROCESSO Nº	DESCRIÇÃO	MODALIDADE
2020.000011336-2	Realização de treinamento sobre LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais para os empregados lotados no Núcleo de Recursos Humanos	Inexigibilidade
2019.000011706-5	Aquisição de frota de veículos oficiais da marca/modelo GM Onix Joy, 57 unidades	Pregão Eletrônico

Examinamos os processos supracitados com ênfase nas normas e procedimentos utilizados na elaboração, divulgação e contratação dos processos licitatórios, para verificar se eles estão revestidos das formalidades legais, consubstanciados na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, encontrando regularidade.

## PARTE II – CONCLUSÃO

Nossos trabalhos foram planejados e executados de forma a obter suporte para certificar a consistência e adequação dos saldos contábeis apresentados nos balancetes, cumprimento de normas e procedimentos internos, formalidades e eficiência nos controles da documentação comprobatória. E foram consubstanciados nas Normas Brasileiras de Contabilidade, dispositivos emanados na Lei nº 4.320/64 e legislações posteriores.

O resultado de nosso trabalho demonstrou que a entidade necessita aprimorar os controles sobre os saldos contábeis, especificamente sobre Imobilizado e Intangível, buscando sanar as deficiências apresentadas no decorrer deste relatório, e para tanto a administração da entidade deverá avaliar a possibilidade de aplicação das recomendações efetuadas por nossa auditoria.